



Estado do Piauí

PREFEITURA MUNICIPAL

JOSÉ DE FREITAS

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCEDIMENTO: CHAMADA PÚBLICA Nº 004/2023 - PMJF/PI

VINCULADO: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0169/2023 - PMJF/PI

**OBJETO: CONVOCAÇÃO DE ORG. SOCIAIS PARA FINS DE CREDENCIAMENTO
DESTINADO A APRESENTAÇÃO DE PROJETOS – GESTÃO COMPARTILHADA (...)**

Concluído os procedimentos inerentes ao Processo Administrativo em destaque, depois de consideradas todas as informações a ele acostadas, a Comissão de Licitação – UL/SAF, abaixo subscrita, resolve ADJUDICAR o resultado da Chamamento Público, mediante as seguintes considerações:

1. Na data e horário marcados, apenas uma Instituição interessada protocolou seus documentos com o objetivo de participar do Chamamento Público;
2. A documentação apresentada fora analisada ficando comprovada a regularidade dos documentos encaminhados;
3. Os valores cotados apresentaram-se compatíveis com os preços médios praticados no mercado de acordo com a Planilha abaixo:

BLOCO DE SERVIÇO EM SAÚDE		
ITEM	DESCRIÇÃO	CUSTO EFETIVO MENSAL - ATÉ (R\$)
01	BLOCO ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	448.275,25
02	BLOCO ATENÇÃO ESPECIALIZADA E HOSPITALAR	448.275,25
03	BLOCO VIGILÂNCIA EM SAÚDE	72.474,28

Diante das afirmações e do resultado obtido, constata-se que a Instituição se encontra apta ao credenciamento, via de consequência, a execução da gestão partilhada, motivo porque remete-se o processo devidamente concluso e instruído, à autoridade superior para exercer o ato de controle final (homologando, Revogando ou Anulando). O resultado, conforme registros firmados na Ata de recebimento e conferência dos documentos, foram declarados à favor da instituição, abaixo declarada, cujos dados seguem lançados na mesma sequência:

ORGANIZAÇÃO SOCIAL/INSTITUIÇÃO	VALOR COTADO (R\$)	SITUAÇÃO
INSITITUTO VIDA NOVA DO BRASIL (IAGES – INSTITUTO DE APOIO E GESTÃO EM EDUCAÇÃO E SAÚDE), CNPJ Nº 30.025.426/0001-24	969.024,78/mês	Apta ao Credenciamento

Informa-se, por oportuno, que a instituição encaminhou e-mail a UL/SAF, renunciando ao direito recursal, firmando entendimento que tudo ocorrera de acordo com o direito, a Lei de regência de natureza específica (LF nº 13.19/2014), com aplicação subsidiária da LF nº 8.666/93 e, ainda, as regras estabelecidas pelo DM nº 238/2023. Estando tudo conforme o direito e a legislação citada, bem como as regras estabelecida pelo edital de chamamento, remete-se este termo de adjudicação que vai assentado ao processo que vincula o ato, à autoridade superior como competente para o exame final, a fim de que possa, doravante, surtir seus reais efeitos.

UL/SAF – PMJF/PI, em 10 de outubro de 2023

Clarice Cristina da Costa Ramos
Presidente Comissão – UL/SAF – PMJF/PI